



Simulado Final

TRT 10

Técnico Judiciário - Área Administrativa
Agente da Polícia Judicial - Pós-Edital

Simulado

Simulado TRT-10 (TJAA - Agente da Polícia Judicial)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Técnico Judiciário - Área Administrativa - Agente da Polícia Judicial do TRT-10 (DF/TO)**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/Th7eCLMHRtJBudGC6>

01 - C/E	16 - C/E	31 - C/E	46 - C/E	61 - C/E	76 - C/E	91 - C/E	106 - C/E
02 - C/E	17 - C/E	32 - C/E	47 - C/E	62 - C/E	77 - C/E	92 - C/E	107 - C/E
03 - C/E	18 - C/E	33 - C/E	48 - C/E	63 - C/E	78 - C/E	93 - C/E	108 - C/E
04 - C/E	19 - C/E	34 - C/E	49 - C/E	64 - C/E	79 - C/E	94 - C/E	109 - C/E
05 - C/E	20 - C/E	35 - C/E	50 - C/E	65 - C/E	80 - C/E	95 - C/E	110 - C/E
06 - C/E	21 - C/E	36 - C/E	51 - C/E	66 - C/E	81 - C/E	96 - C/E	111 - C/E
07 - C/E	22 - C/E	37 - C/E	52 - C/E	67 - C/E	82 - C/E	97 - C/E	112 - C/E
08 - C/E	23 - C/E	38 - C/E	53 - C/E	68 - C/E	83 - C/E	98 - C/E	113 - C/E
09 - C/E	24 - C/E	39 - C/E	54 - C/E	69 - C/E	84 - C/E	99 - C/E	114 - C/E
10 - C/E	25 - C/E	40 - C/E	55 - C/E	70 - C/E	85 - C/E	100 - C/E	115 - C/E
11 - C/E	26 - C/E	41 - C/E	56 - C/E	71 - C/E	86 - C/E	101 - C/E	116 - C/E
12 - C/E	27 - C/E	42 - C/E	57 - C/E	72 - C/E	87 - C/E	102 - C/E	117 - C/E
13 - C/E	28 - C/E	43 - C/E	58 - C/E	73 - C/E	88 - C/E	103 - C/E	118 - C/E
14 - C/E	29 - C/E	44 - C/E	59 - C/E	74 - C/E	89 - C/E	104 - C/E	119 - C/E
15 - C/E	30 - C/E	45 - C/E	60 - C/E	75 - C/E	90 - C/E	105 - C/E	120 - C/E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/3P8A>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO: Vício em tecnologia pode estar ligado a quadros de depressão e ansiedade**

Talvez você esteja lendo essa notícia através de seu celular. Ou talvez esteja passeando por essas primeiras linhas pensando nas possíveis notificações que deverá receber nos próximos minutos, preparando-se para alcançar o celular por perto.

Esse impulso, já tão característico de nossa sociedade contemporânea, é o que nos faz interagir nada menos do que 2.617 vezes ao dia, em média, com nossos smartphones. Isso quer dizer que gastamos cerca de 145 minutos (ou duas horas e 25 minutos) tocando, rolando ou pressionando a tela de nossos dispositivos eletrônicos. Para alguns, essa interação é tão forte que ficar longe do celular pode gerar a sensação de nomofobia (pavor de estar distante do aparelho).

A necessidade de estar sempre conectado, em alguns casos, é preocupante e pode ser considerada um vício, tal como o uso excessivo de substâncias psicoativas. É isso que aponta novo estudo realizado na Universidade Estadual de São Francisco, na Califórnia (EUA).

“Gradualmente, o comportamento de vício em smartphone forma conexões neurológicas semelhantes às de viciados em opiáceos, como de pessoas que consomem Oxycotin para aliviar dores”, afirmou um dos pesquisadores.

Além dos dispositivos eletrônicos, outro vício que pode acarretar pontos negativos é a dependência pelas mídias sociais.

Em uma análise com 135 estudantes da Universidade Estadual de São Francisco, os autores do mesmo estudo avaliaram que pessoas que usavam seus aparelhos com mais frequência se sentiam mais isoladas, sozinhas, deprimidas e ansiosas. De acordo com os cientistas, essas sensações são consequências que surgem quando as interações cara a cara são substituídas por uma comunicação sem linguagem corporal e outros sinais reais.

Esses mesmos participantes também mostraram funcionar como multitarefas enquanto estudam, comem, assistem às aulas e consomem algum tipo de mídia. Porém, esse constante número de atividades não permite que seus corpos e mentes tenham tempo para relaxar e se autorregenerar. Segundo os pesquisadores, devido à falta de descanso, todas as atividades são realizadas sem foco necessário e são feitas pela metade, já que a atenção desses estudantes é dividida, e não concentrada.

Para os autores do estudo, o vício pelo mundo digital não é culpa dos indivíduos, mas do desejo das corporações e empresas de tecnologia em aumentar seus lucros. Assim, elas investem em ampliar o número de notificações, vibrações e outros alertas em celulares e computadores e concentrar nossa atenção ali, acionando os mesmos caminhos cerebrais que antes funcionavam fazendo alertas de perigo iminente, como ataques de animais. “Porém, agora, somos dominados por esses mecanismos que antes nos protegiam e garantiam nossa sobrevivência para consumir informações triviais”, avaliou o pesquisador.

Mas há uma saída para tudo isso. Assim como podemos regular nossa alimentação, também podemos encontrar mecanismos para diminuir nosso vício em dispositivos eletrônicos.

Os pesquisadores do estudo indicam que desativar notificações dos celulares e das redes sociais, separar um horário determinado do dia para responder emails e mensagens e estipular horários para realizar tarefas sem quaisquer interrupções são alternativas que funcionam.

Uma estudante da Universidade Estadual de São Francisco, que foi voluntária da pesquisa, deu uma boa dica para curtir mais tempo a vida real: quando ela sai com seus amigos, por exemplo, todos eles devem colocar seus celulares no centro da mesa e aquele que pegar o seu celular primeiro é obrigado a pagar a rodada de drinks.

Até a própria tecnologia pode te ajudar a ficar mais distante dela. A GALILEU separou logo abaixo alguns aplicativos que têm esse propósito:

- Forest (Android e iOS): Você deixaria uma árvore morrer só para dar uma olhadinha no Facebook? Se a sua resposta for não (esperamos que todos digam não!), esse aplicativo é uma ótima opção para você. Ah, pode ficar tranquilo, a árvore é digital. Basicamente, com o Forest, você planta uma árvore e determina o tempo que ela deverá crescer (entre 5 a 120 minutos) e, enquanto você

não usar seu dispositivo, a vida dela está garantida. Porém, se o seu vício por tecnologia falar mais alto, ela irá morrer. Caso você consiga completar seu tempo corretamente, você ganha moedas e pode comprar novas árvores a serem plantadas – e também concluir suas tarefas na vida real. É o fim da procrastinação!

- Focus Lock (Android): Se o seu problema são as distrações em redes sociais e a falta de foco, esse software permite que você bloqueie certos aplicativos pelo tempo que desejar.

- Mental (Android): Já se perguntou quanto tempo você gasta olhando seu celular todos os dias? Esse aplicativo faz essa conta por você e te traz um relatório das redes sociais que você mais usa.

Adaptado de:

<https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Saude/noticia/2018/04/vicio%20-em-tecnologia-pode-estar-ligado-quados-de-depress%C3%A3o-e-%20ansiedade.html.%20Acesso%20em:%2015%20ago.%202024.>

Com base na leitura do texto, julgue os itens que se seguem

1. De acordo com o texto, sentir necessidade de estar sempre conectado pode ser um vício, semelhante ao abuso de drogas, com consequente alteração comportamental.
2. Depreende-se do texto que há um interesse mercadológico em capturar a atenção dos usuários de dispositivos eletrônicos para o mundo digital.

Com base em seus conhecimentos linguísticos, julgue os itens que se seguem

3. Em “Assim, há menos chances, menos oportunidades e mais prejuízos”, a forma verbal ‘há’ poderia ser substituída, sem prejuízo gramatical, por **podem haver**.
4. No segmento “As pessoas elaboraram todo o plano, que prevê investimento em fundos diversos”, o vocábulo “que” tem como referente a expressão “o plano”, que funciona como sujeito da oração expressa pela forma verbal “prevê”.

5. A expressão “bem como”, em “Os núcleos de gestão, bem como os colaboradores, devem zelar por um ambiente harmonioso” exprime ideia de adição.

6. Os sentidos originais e a correção do texto seriam mantidos caso a expressão “aquelas ligadas às” em “As motivações incluem aquelas ligadas às oportunidades de novas atribuições” fosse substituída por **as**.

7. O trecho “Qualquer cenário que colocasse o projeto em risco seria reprovado” expressa uma condição, evidenciada pela flexão do verbo **colocar** no modo subjuntivo.

8. No segmento “Imperava, na primeira metade do século, um homem impiedoso”, o trecho “um homem impiedoso” funciona como complemento direto da forma verbal “imperava”.

9. Em “A forma dele de se portar estava relacionado às vivências de outras épocas”, o emprego do sinal indicativo de crase é obrigatório.

10. No trecho “A chave do que se esperava”, a anteposição da partícula “se” ao verbo justifica-se pela presença do vocábulo “que”.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO

Paulo Sousa

11. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB é considerada uma norma de sobredireito, ou seja, uma norma sobre as normas, e parte de seu conteúdo é reconhecido pela jurisprudência como de caráter constitucional, apesar de sua natureza infraconstitucional.

12. A norma jurídica possui função exclusivamente prescritiva, determinando condutas obrigatórias aos indivíduos sem qualquer função descritiva ou valorativa.
13. As normas da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB aplicam-se apenas ao direito privado, uma vez que sua origem estava relacionada à introdução do Código Civil de 1916.
14. Segundo a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB, a lei do país onde a obrigação foi constituída rege as obrigações, salvo disposição em contrário.
15. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB, a revogação de uma lei revogadora implica automaticamente na restauração da lei originalmente revogada.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

A respeito da eficácia das normas constitucionais, julgue o item abaixo.

16. O dispositivo constitucional que prescreve que lei complementar disporá sobre a organização e competência dos tribunais, dos juízes de direito e das juntas eleitorais tem eficácia limitada e aplicabilidade indireta.

A respeito das funções essenciais à justiça, analise os itens abaixo.

17. Conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional dispositivo legal que assegura aos membros do Ministério Público sentar-se no mesmo plano e imediatamente à direita dos magistrados, por violação à isonomia e ao devido processo legal.

18. Cabe à Advocacia-Geral da União prestar consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo, além de representar a União, judicial e extrajudicialmente, em todas as suas demandas.

A respeito da dignidade da pessoa humana, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue o item abaixo.

19. For força da dignidade da pessoa humana, durante a instrução e o julgamento de crimes contra a dignidade sexual, bem como em audiências e decisões judiciais, é vedada qualquer menção ou insinuação acerca da vida sexual pregressa da vítima.

Sobre os direitos e garantias fundamentais, analise os itens abaixo.

20. É incompatível com a Constituição Federal dispositivo legal que assegura aos portadores de diploma de nível superior prisão especial.
21. Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, cabe ao Estado fornecer, em termos excepcionais, medicamento que, embora não possua registro na ANVISA, tem a sua importação autorizada pela agência de vigilância sanitária, desde que comprovada a incapacidade econômica do paciente, a imprescindibilidade clínica do tratamento, e a impossibilidade de substituição por outro similar.
22. É imune ao pagamento de taxas para registro da regularização migratória o estrangeiro que demonstre sua condição de hipossuficiente.

A respeito da organização político-administrativa do Estado brasileiro e sobre a Organização dos Poderes, julgue os itens abaixo.

- 23.** Os Estados-membros, no exercício de sua autonomia, a respeito das autoridades não previstas em lei federal, podem tipificar, mediante lei, crime de responsabilidade, bem como fixar as regras do processo e do julgamento.
- 24.** Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, os conflitos entre entes federativos, ou entre estes e o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, relacionados ao imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.
- 25.** Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, mandados de segurança contra atos do Presidente da República e de ministros de Estado.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

- Maria, servidora pública federal, foi denunciada por um colega por suposta conduta irregular no ambiente de trabalho. A autoridade competente, ao tomar conhecimento da denúncia, determinou a instauração de uma sindicância para apurar os fatos. No curso da apuração, verificou-se que a conduta poderia ensejar a aplicação de pena de suspensão superior a 30 dias. Diante disso, a autoridade decidiu pela abertura de um processo administrativo disciplinar (PAD). Com base na situação apresentada e nas previsões da Lei nº 8.112/1990, julgue as assertivas a seguir:
- 26.** Os prazos prescricionais previstos do processo disciplinar iniciam-se na data em que a autoridade competente para a abertura do procedimento administrativo toma conhecimento do fato,

interrompem-se com o primeiro ato de instauração válido – sindicância de caráter punitivo ou processo disciplinar – e voltam a fluir por inteiro, após decorridos 140 dias desde a interrupção.

- 27.** A autoridade administrativa, ao tomar conhecimento da denúncia contra Maria, tinha discricionariedade para decidir se instauraria ou não um procedimento investigativo, considerando a gravidade da infração.
- 28.** Como a sindicância identificou que a conduta de Maria poderia ensejar penalidade superior a 30 dias de suspensão, a autoridade deveria obrigatoriamente instaurar um processo administrativo disciplinar (PAD), sem possibilidade de aplicar diretamente a penalidade.

Acerca das licitações e contratos administrativos, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

- 29.** Todos os contratos firmados pela administração, assim como seus aditamentos, devem ser divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial.
- 30.** A celebração de contratos administrativos pode ocorrer de forma eletrônica, desde que sejam atendidas as exigências previstas em regulamento.

Carlos, cidadão brasileiro, protocolou um requerimento junto a um órgão da administração pública federal solicitando a concessão de um benefício ao qual acredita ter direito. Após meses sem resposta, Carlos procurou informações sobre o andamento do processo e foi informado de que ainda não havia uma decisão formal emitida. Além disso, foi identificado que a análise de sua solicitação envolvia três setores distintos dentro do órgão, sendo que havia discordância quanto ao teor da decisão. Com base nessa situação e na Lei nº 9.784/1999, julgue as assertivas a seguir:

31. a administração pública não tem obrigação de responder formalmente ao requerimento de Carlos, podendo decidir de forma tácita conforme sua conveniência.

32. Como a análise do requerimento de Carlos envolve três setores distintos dentro do órgão, a administração poderia utilizar o procedimento da decisão coordenada, desde que a relevância da matéria justificasse essa medida.

Acerca da Lei de Improbidade Administrativa, julgue os itens a seguir.

33. Frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público é ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios, sendo irrelevante a caracterização da intenção do agente em obter benefício a seu favor.

34. O reconhecimento acerca da produção de danos ao erário ou do enriquecimento ilícito dos agentes é indispensável para permitir o sancionamento dos agentes acusados da prática de ato de improbidade que atenta contra os princípios.

Sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações, conforme previsto na Lei de Acesso à Informação, julgue o item a seguir.

35. No caso de extravio de documentos contendo informações solicitadas pelo interessado, o interessado poderá requerer à autoridade competente a apuração do desaparecimento da respectiva documentação, hipótese em que será instaurada sindicância, com o prazo de dez dias para que o responsável pela guarda da informação justifique o fato.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Géssica Ehle

Sobre a Teoria geral dos Direitos Humanos, as Fontes dos Direitos Humanos e os Direitos humanos e ordenamento jurídico brasileiro, julgue os itens a seguir.

36. Os primeiros registros de escritos sobre Direitos Humanos remontam ao ano de 800 a.C a 200 a.C, no chamado período axial.

37. Conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a solidariedade pode ser compreendida como atributo da terceira geração de Direitos Humanos.

38. A Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê que, a partir de qualquer acusação em matéria penal, toda a pessoa terá direito a que a sua causa seja equitativa e publicamente julgada por um tribunal independente e imparcial.

39. Tratados internacionais de Direitos Humanos que não sejam aprovados por quórum especial, por sua natureza *jus cogens*, passam a servir ao controle de constitucionalidade.
40. O atual paradigma que tutela interesses de pessoas com deficiência defende sua total integração, sendo-lhe atribuída a plena capacidade civil, inclusive para exercer seu direito à adoção, diante da eleição prévia de dois apoiadores, por meio da tomada de decisão apoiada.

NOÇÕES DE GOVERNANÇA PÚBLICA

Rodrigo Rennó

Acerca das principais Teorias da Administração, julgue os itens que se seguem.

41. Segundo a Teoria das Relações Humanas, fatores como reconhecimento e atenção ao funcionário podem ter impacto direto na produtividade, pois o comportamento social dos empregados influencia seu desempenho.
42. A Teoria Neoclássica, apesar de ser considerada uma atualização das ideias clássicas, mantém a ênfase na estrutura formal e na rigidez hierárquica, não trazendo novos aspectos referentes à flexibilidade no trabalho.

Acerca do tema gestão de processos, julgue o item que se segue.

43. A maturidade em processos é o grau em que a organização consegue planejar, executar, controlar e melhorar seus processos de forma sistemática, sendo irrelevante para avaliar a capacidade de entrega de resultados.

Acerca do tema Transparência, julgue os itens que se seguem.

44. Informações pessoais relativas à vida privada e honra de indivíduos permanecem em caráter restrito por até 100 anos, exceto quando houver situação de evidente interesse público que dispense o consentimento do titular para divulgação.
45. De acordo com a LAI, o interessado em obter informações públicas deve justificar seu pedido, demonstrando o interesse específico, pois cabe ao órgão público avaliar a pertinência do motivo apresentado para autorizar o fornecimento.

Acerca do tema Organização, julgue os itens que se seguem.

46. A departamentalização territorial (ou geográfica) exige que todos os produtos e serviços realizados em determinado local sejam agrupados sob a supervisão de um único administrador, sendo especialmente indicada para organizações que atuam em áreas dispersas ou em diferentes regiões.
47. A departamentalização por cliente costuma ser mais introvertida e mais voltada às atividades internas da organização, já que a preocupação principal está na especialização das funções internas e não nas demandas externas.
48. Na departamentalização funcional, cada área foca seus objetivos departamentais, o que pode resultar em isolamento entre os setores e tornar mais complexa a coordenação entre as diversas funções internas.

Acerca do tema Motivação, julgue os itens que se seguem.

49. De acordo com a Teoria de Campo (proposta por Kurt Lewin), o comportamento de um indivíduo em situação de trabalho é um resultado das forças que o impulsionam (dirigem) e das forças que o inibem (restrições), sendo que a motivação para agir deriva exclusivamente dessas forças externas, sem considerar variáveis intrínsecas ao indivíduo.

50. A Teoria ERC, de Alderfer, ao introduzir o princípio de frustração-regressão, admite que mesmo um indivíduo que ainda não tenha suprido necessidades de Existência pode, de forma efetiva, perseguir necessidades de Relacionamento ou de Crescimento, ao contrário do que propõe Maslow em sua hierarquia rígida.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Renan Araujo

51. No que tange à lei penal no tempo, julgue o item a seguir.

A expiração do prazo de vigência de uma lei penal temporária não impede a punição daquele que praticou a conduta criminosa durante a vigência da referida lei, dado o fenômeno da ultratividade.

52. No que tange à lei penal no espaço, julgue o item a seguir.

Caso seja praticado um crime de furto dentro de uma embarcação privada, de bandeira brasileira, quando esta se encontrava navegando em alto-mar, será aplicável a lei brasileira, pelo princípio da bandeira ou pavilhão.

53. Sobre os crimes contra a pessoa, julgue o item a seguir:

Raskólnikov, após uma discussão acalorada com Ivan, iniciada por desavenças relacionadas ao resultado da audiência trabalhista, desferiu diversos socos e chutes no reclamado. Por conta das lesões, a vítima ficou com debilidade permanente no braço direito. Percebendo a gravidade das consequências de seu ato, Raskólnikov se arrependeu e, inclusive, entrou em depressão, por perceber que tinha ferido severamente aquele que era considerado um amigo de longa data.

Nesse caso, Raskólnikov deverá responder pelo crime de lesão corporal grave, não sendo possível a concessão do perdão judicial.

54. Sobre os crimes contra a honra, julgue o item a seguir:

Após uma audiência trabalhista, Harry, reclamante, irritado com as provocações de Tom, reclamado, que havia saído vencedor da audiência, dirigiu-se a este com palavras ofensivas, chamando-o de “vagabundo” e “safado”.

Nesse caso, a conduta de Harry não configura crime, pois a ofensa foi irrogada em juízo, na discussão da causa.

55. Sobre os crimes contra o patrimônio, julgue o item a seguir:

Para a configuração da majorante do repouso noturno no crime de furto é irrelevante o fato de as vítimas estarem ou não dormindo no momento do crime, incidindo a majorante ainda que se trate de residência desabitada.

56. Sobre os crimes contra o patrimônio, julgue o item a seguir:

Eryx, agente da polícia judicial, surpreendeu Lycus no exato momento em que este quebrava uma das vidraças do Fórum Trabalhista. Lycus afirmou ter quebrado a vidraça para demonstrar sua revolta com a decisão judicial desfavorável na audiência trabalhista.

Nesse caso, Lycus praticou dano qualificado, crime de ação penal pública condicionada à representação.

57. Acerca dos crimes contra a administração pública, julgue o item a seguir:

Em determinada abordagem a um cidadão no Fórum trabalhista, o agente de polícia judicial Sócrates foi ofendido, sendo chamado de “corno” e “otário”. Nesse caso, o infrator deverá responder por crime contra a honra, e não por desacato, pois a norma do art. 331 do Código Penal, que tipifica o crime de desacato, não foi recepcionada pela Constituição de 1988, conforme o entendimento mais recente do STF.

58. Acerca dos crimes contra a administração pública, julgue o item a seguir:

Aulus, Oficial de Justiça, ao dirigir-se até determinado local para cumprir um mandado judicial em uma reclamação trabalhista, foi recebido a socos e pontapés por Tiberius, que buscava impedir a realização do ato. Aulus, em razão das agressões, acabou sofrendo lesão corporal grave e a diligência não foi realizada naquela data.

Nesse caso, a conduta de Tiberius configura resistência qualificada, sem prejuízo das penas relativas à lesão corporal grave.

59. Acerca dos crimes contra a administração pública, julgue o item a seguir:

Em determinado processo trabalhista no TRT-10, que apura a existência de vínculo empregatício entre a empresa Carminha Modas LTDA. e o reclamante

Príapo, a testemunha Chiva, ao ser ouvida em audiência, deliberadamente presta falso testemunho, afirmando que o reclamante nunca trabalhou na empresa. Dias depois, antes da sentença, arrependida e temendo as consequências de seu ato, Chiva procura o juiz do caso e se retrata, confessando que mentiu em seu depoimento e esclarecendo que o reclamante, de fato, trabalhou na empresa.

Nesse caso, é correto afirmar que Chiva não será punida pelo fato praticado, havendo causa de extinção da punibilidade.

60. Acerca dos crimes contra a fé pública, julgue o item a seguir:

A conduta do empregador que insere, na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado ou em documento que deva produzir efeito perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter sido escrita, configura o crime de falsidade ideológica.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

61. De acordo com a prisão em flagrante, julgue o item a seguir.

A falta do escrivão não impedirá a prisão em flagrante e, nesse caso, qualquer pessoa designada pela autoridade lavrará o auto, depois de prestado o compromisso legal.

62. Acerca da prisão em flagrante, julgue o item a seguir.

A lei faculta à autoridade policial fazer constar do auto de prisão em flagrante a informação sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.

63. Em relação das disposições preliminares do Código de Processo Penal, julgue o item subsequente.

Se o investigado estiver preso, o juiz das garantias poderá, mediante representação da autoridade policial e ouvido o Ministério Público, prorrogar, uma única vez, a duração do inquérito por até 20 (vinte) dias, após o que, se ainda assim a investigação não for concluída, a prisão será imediatamente relaxada.

64. Sobre o procedimento comum, analise a seguinte situação hipotética: Gustavo foi acusado pelo Ministério Público de cometer o crime de furto simples, cuja pena varia de 1 a 4 anos de reclusão, além de multa. Diante disso, avalie os item a seguir.

Referente à audiência de custódia, caso o juiz constate que o preso cometeu o crime em estado de necessidade, ele deverá, obrigatoriamente, conceder liberdade provisória, podendo esta ser acompanhada ou não de medidas cautelares diferentes da prisão.

65. De acordo com o código de processo penal, julgue o item a seguir.

Considera-se em flagrante delito quem é perseguido, logo após o crime apenas pela autoridade policial, sendo certo que, embora qualquer um do povo possa prender, não poderá perseguir o acusado por expressa vedação legal.

66. Julgue o item a seguir tendo por base a teoria da prova.

Na ausência do exame de corpo de delito em razão do desaparecimento dos vestígios, poderá suprir sua falta a prova testemunhal.

67. De acordo com os exames de corpo de delito e outras perícias previstas no Código de Processo Penal, julgue os itens a seguir.

A autópsia deve ser realizada em até 6h após o óbito.

68. Julgue o item a seguir à luz da cadeia de custódia.

O termo "recebimento" refere-se ao ato formal de transferência da posse do vestígio, que deve ser registrado com, no mínimo, informações sobre o número do procedimento e a unidade da polícia judiciária envolvida, o local de origem, o nome da pessoa que transportou o vestígio, o código de rastreamento, a natureza do exame, o tipo do vestígio, o protocolo, além da assinatura e identificação de quem o recebeu.

69. Acerca do exame de corpo de delito e das perícias em geral, julgue o item a seguir.

Os cadáveres devem ser sempre fotografados na posição em que são encontrados, assim como, sempre que possível, todas as lesões externas e os vestígios deixados na cena do crime.

70. Com relação as perícias elencadas no Código de Processo Penal (CPP), julgue o item a seguir.

De acordo com exposto no art. 171 do referido código, os crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo a subtração da coisa, ou por meio de escalada, os peritos, além de descrever os vestígios, indicarão com que instrumentos, por que meios e em que época presumem ter sido o fato praticado.

SEGURANÇA DE DIGNITÁRIOS

Alexandre Herculano

71. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança de Dignitários.

Durante a análise de risco para um deslocamento presidencial, o conceito de "zona de alerta" refere-se ao perímetro externo onde se realiza o primeiro nível de varredura de segurança.

72. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança de Dignitários.

A Metodologia MOSAIC representa a abordagem mais atual para proteção de autoridades sob ameaça, incluindo magistrados. Desenvolvida pelo especialista Gavin de Becker e adotada por diversas agências de segurança governamentais, a MOSAIC diferencia-se das outras metodologias por utilizar algoritmos preditivos baseados em comportamentos de perseguidores e potenciais agressores, analisando padrões de comunicação, histórico de comportamento, capacidade e intenção manifestada.

73. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança de Dignitários.

Os sistemas de espectrometria de mobilidade iônica (IMS) representam atualmente a tecnologia mais eficaz para detecção de armas não-metálicas e explosivos improvisados em ambientes de controle de acesso de alto risco.

74. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança de Dignitários.

No contexto de planejamento de ações de segurança para um dignitário que receberá ameaças concretas, a "Teoria da Oportunidade Situacional" aplicada à proteção pessoal estabelece que segurança deve concentrar-se na limitação do acesso a informações sobre o dignitário, impedindo o planejamento de atentados.

75. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança de Dignitários.

Em relação às técnicas de policiamento ostensivo aplicadas à segurança de instalações judiciárias, o conceito de "Vigilância Sistemática Randomizada" refere-se a variação imprevisível de rotas, horários e métodos de patrulhamento dentro de um planejamento estruturado.

76. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança de Dignitários.

Em relação às técnicas de segurança preventiva para autoridades judiciárias, o conceito de "Janela de Vulnerabilidade Transitória" (JVT) refere-se a intervalo temporal entre a identificação de uma ameaça potencial e a implementação de medidas protetivas.

77. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança de Dignitários.

Na prevenção contra invasões em sessões plenárias de julgamentos sensíveis, a técnica conhecida como "Segmentação Controlada de Públicos" (SCP) estabelece que o público deve ser dividido em setores isolados conforme sua relação com o caso, impedindo contato entre grupos antagônicos.

78. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança de Dignitários.

Em uma operação de segurança de dignitários, a alteração frequente e aleatória de rotas é um técnica de proteção considerada muito eficaz para prevenir ataques durante o deslocamento do protegido.

SEGURANÇA ORGÂNICA

Alexandre Herculano

79. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança Orgânica.

A análise preditiva na inteligência estratégica é capaz de fornecer previsões precisas e inequívocas sobre eventos futuros, eliminando completamente a incerteza na tomada de decisões.

80. Julgue o item abaixo com base na doutrina sobre Planejamento de Contingência.

Um plano de contingência deve incluir apenas as ações corretivas e não deve abordar as responsabilidades dos funcionários em caso de emergência.

81. Julgue o item abaixo com base na doutrina sobre Planejamento de Contingência.

Um plano de contingência deve ser estruturado para ser flexível e adaptável a diferentes cenários, garantindo que a organização possa responder a uma variedade de crises.

82. Julgue o item abaixo com base nos conceitos sobre Prevenção e Combate a Incêndios.

A largura mínima das saídas de emergência em edifícios deve ser de 1 metro, independentemente da ocupação do local.

83. Julgue o item abaixo com base nos conceitos sobre Prevenção e Combate a Incêndios.

A Norma Brasileira Regulamentadora, que destaca um conjunto de normas técnicas criadas e certificadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), determina que os extintores de incêndio devem ser inspecionados anualmente, independentemente do tipo de extintor.

84. Julgue o item abaixo com base nos conceitos sobre Prevenção e Combate a Incêndios.

A Norma Brasileira Regulamentadora, que destaca um conjunto de normas técnicas criadas e certificadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), determina que os sistemas de alarme de incêndio devem ser testados mensalmente para garantir sua funcionalidade.

85. Julgue o item abaixo com base na doutrina sobre Primeiros Socorros.

Em caso de um acidente com queimaduras, deve-se sempre aplicar gelo diretamente sobre a área queimada para aliviar a dor e reduzir a temperatura da pele.

86. Julgue o item abaixo com base na doutrina sobre Primeiros Socorros.

A técnica de Heimlich deve ser usada em todas as situações de obstrução das vias aéreas, incluindo aquelas em que a vítima está consciente e pode tossir.

87. Com base na doutrina sobre Segurança de Áreas e Instalações, julgue o item abaixo.

A teoria dos círculos concêntricos sugere que a segurança deve ser implementada em várias camadas, começando pelo perímetro externo e avançando para o interno, com cada camada oferecendo um nível distinto de proteção.

88. Com base na doutrina sobre Segurança de Áreas e Instalações, julgue o item abaixo.

A instalação de câmeras de segurança em locais estratégicos aumenta a segurança de uma área, mas não deve ser considerada uma forma de segurança ativa, pois não impede diretamente uma intrusão.

89. Com base na doutrina sobre Segurança de Áreas e Instalações, julgue o item abaixo.

Em um sistema de controle de acesso, a utilização de cartões magnéticos é uma medida de segurança passiva, pois apenas permite a entrada de indivíduos autorizados sem monitoramento ativo.

90. Com base na doutrina sobre Segurança de Áreas e Instalações, julgue o item abaixo.

A instalação de barreiras físicas, como portões e paredes, é uma estratégia de segurança passiva, que visa dificultar o acesso não autorizado sem a necessidade de dispositivos eletrônicos.

91. Com base na doutrina sobre Segurança de Áreas e Instalações, julgue o item abaixo.

No contexto de segurança eletrônica, sensores de movimento são considerados uma forma de segurança passiva, pois não reagem a um intruso, mas apenas detectam movimento.

92. Com base na doutrina sobre Segurança de Áreas e Instalações, julgue o item abaixo.

Ao utilizar a teoria dos círculos concêntricos, a segurança interna deve incluir medidas como treinamento de pessoal e políticas de resposta a emergências, além de barreiras físicas.

GESTÃO DE CONTRATOS

Antônio Daud

Tomando por base os preceitos da Lei 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

93. Em qualquer situação a Administração Pública responde subsidiariamente por encargos trabalhistas inadimplidos em contratos de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra.

94. As alterações unilaterais dos contratos administrativos estão limitadas a 25% do valor inicial atualizado para obras, serviços e compras, exceto nos casos de reforma de equipamento, quando o limite será de 50% para acréscimos.

95. É cabível a prorrogação dos prazos de contratos administrativos de serviços ou de fornecimento

contínuos, desde que o contrato não ultrapasse o limite máximo de 60 meses, salvo em casos excepcionais devidamente justificados, quando poderá ser prorrogado por até 12 meses adicionais.

96. Em geral, uma vez concluída a instrução de solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, a Administração terá o prazo de 1 mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

97. A Administração Pública não deve intervir indevidamente na gestão interna das empresas que contratar para prestação de serviços. É possível, no entanto, o estabelecimento, como única forma de pagamento, o reembolso dos salários pagos.

98. Em caráter excepcional é cabível à Administração antecipar pagamentos ao contratado, caso em que poderá ser exigida garantia contratual adicional.

99. A repactuação deverá observar o interregno mínimo de um ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

100. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas é condição indispensável para a validade dos contratos administrativos e seus aditamentos.

Considerando as disposições da IN/MPOG nº 5/2017 (terceirização), analise os itens a seguir.

101. O encargo de gestor ou fiscal de contrato não pode ser recusado pelo servidor, por não se tratar de ordem ilegal.

102. A indicação do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, hipótese em que a empresa contratada tem o dever de designar outro para o exercício da atividade.

103. Fiscalização administrativa consiste no acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado.

104. É vedado à Administração conceder ponto facultativo aos trabalhadores da empresa contratada.

Considerando a disciplina do Decreto 11.462/2023, que regulamenta o sistema de registro de preços, julgue os itens a seguir.

105. Na contratação para registro de preços, a dotação orçamentária somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, não sendo necessária para a realização da licitação.

106. O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado, entre outras hipóteses, quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

LEGISLAÇÃO RELACIONADA

Antônio Pequeno

Acerca dos crimes de abuso de autoridade, previstos na Lei nº 13.869/2019, julgue os itens de 107 a 109

107. São penas restritivas de direito a prestação de serviço à comunidade e a suspensão do exercício do cargo, mandato ou função pública pelo período de um mês a seis meses com perda de vencimentos e vantagens.

108. A ação penal nos crimes de abuso de autoridade é pública e incondicionada.

109. Os crimes de abuso de autoridade cabem na forma dolosa e culposa

Sobre os crimes de racismo previstos na Lei nº 7.716/1989, julgue os itens 110 a 112

110. Os crimes previstos nesta Lei terão as penas aumentadas de 1/3 (um terço) até a metade, quando ocorrerem em contexto ou com intuito de descontração, diversão ou recreação.

111. Os crimes previstos nos arts. 2º-A e 20 desta Lei terão as penas aumentadas de 1/3 (um terço) até a metade, quando praticados por funcionário público, conforme definição prevista no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las.

112. O crime de injúria-racial praticado mediante o concurso de pessoas é uma causa de aumento de pena e não uma qualificadora.

113. O Sistema Nacional de Armas – Sinarm, instituído no Ministério da Defesa, no âmbito da Polícia Federal, tem circunscrição em todo o território nacional.

114. No Estatuto do Desarmamento, o comércio ilegal de arma de fogo de uso proibido terá um acréscimo de metade na pena.

115. Nos termos da Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), o presidente do tribunal ou o chefe do Ministério Público designará os servidores de seus quadros pessoais no exercício de funções de segurança que poderão portar arma de fogo, respeitado o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) do número de servidores que exerçam funções de segurança.

116. De acordo com a Lei nº 10741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa) é obrigação do Estado e da sociedade assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis

117. A homologação da transação penal prevista no artigo 76 da Lei 9.099/1995 faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.

De acordo com a Lei nº 5.553/1968 e suas alterações (apresentação e uso de documento de identificação pessoal), julgue o item abaixo:

118. Quando, para a realização de determinado ato, for exigida a apresentação de documento de identificação, a pessoa que fizer a exigência fará extrair, no prazo de até 5 (cinco) dias, os dados que interessarem, devolvendo em seguida o documento ao seu exibidor.

119. De acordo com a Resolução CNJ nº 383/2021, entende-se atividade de inteligência como o exercício permanente e sistemático de ações especializadas para identificar, avaliar e

acompanhar ameaças reais ou potenciais aos ativos do Poder Judiciário, orientadas para a produção e salvaguarda de conhecimentos necessários ao processo decisório no âmbito da segurança institucional.

120. De acordo com a Resolução CNJ 435/2021, no âmbito do SINASPJ, ao comitê gestor cabe, entre outras medidas, propor à presidência do CNJ a assinatura de instrumentos de cooperação técnica com órgãos de estado e outras instituições de segurança e inteligência.

Discursiva

Sabemos que o Poder Judiciário atravessa grave crise devido ao grande volume de processos que lotam todas as Comarcas e os cartórios do País. Com isso, tem-se a falsa ideia de amplo acesso à prestação jurisdicional por toda população nacional. No entanto, como dito, não passa de uma falsa ideia.

Em um diagnóstico detalhado sobre a atual situação do Poder Judiciário no Brasil, elaborado pelo Ministério da Justiça [1], constatou-se que “(...) o governo é o maior cliente do Poder Judiciário _ algo em torno de 80% dos processos e recursos que tramitam nos tribunais superiores tratam de interesses do governo (...)”. Podemos acrescentar que outra boa parcela dos litígios pendentes é ocasionada por pequena parcela da sociedade, que detém recursos suficientes para arcar com as despesas processuais. Assim, vê-se que a grande maioria da população fica à margem da prestação jurisdicional.

Além do grande número de processos pendentes, a morosidade do sistema judicial também pode ser atribuída às arcaicas leis processuais vigentes. Quando editado, em 1973, o Código de Processo Civil foi reconhecido mundialmente como uma “obra-prima” da técnica processualista. Seus dispositivos de rigor abstracionista levaram o CPC brasileiro ao topo da legislação processual moderna. Contudo, o culto à técnica perfeita fez com que o texto processual muito se distanciasse da realidade cotidiana, que, por sua dinâmica, exige normas mais práticas que belas.

Outro problema que pode ser apontado como gerador de inúmeros processos é a exigência do pronunciamento do Poder Judiciário para questões corriqueiras que dispensariam tal providência, como exemplo, podemos citar a necessidade de ajuizamento de ação de divórcio direto consensual, de arrolamento sumário de herdeiros maiores etc. Uma solução, visando ao desafogamento das Comarcas, seria de que essas questões fossem apenas registradas no cartório de notas.

Diante de tantos problemas, urgente era a Reforma do Judiciário, que se iniciou com a promulgação da Emenda Constitucional 45/04 e continua com a edição de várias leis que visam à alteração da estrutura infraconstitucional, como as Leis nº 11.187/05 (Nova Lei do Agravo), 11.123/05 (Nova Lei de Execução), 11.276/06 (Súmula impeditiva de recursos) etc.

A EC 45/04, entre outras novidades para melhor funcionamento da Justiça, trouxe as súmulas vinculantes, determinou a distribuição imediata dos processos, proibiu as férias coletivas nos Tribunais e previu a criação da justiça itinerante.

<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6550/Justica-itinerante>.

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

ACESSO À JUSTIÇA COMO DIREITO FUNDAMENTAL

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
